

Desastres naturais e as hierarquias da dominação

No ano 464 antes da era atual, um terremoto devastou a cidade-estado de Esparta e matou 20.000 pessoas. Estudos modernos estimam que o movimento telúrico foi de 7,4 na escala de Richter. A catástrofe foi aproveitada pela população de ilotas, os servos de Esparta, para se rebelar. Os ilotas não eram escravos, pertenciam ao Estado e tinham de trabalhar a terra a que estavam ligados sob a supervisão e as ordens dos espartanos.

À medida que a população de ilotas crescia, o medo dos espartanos aumentava. Abuso, intimidação e rituais anuais de massacre tornaram-se comuns para subjugar-los. Assim, quando o terremoto atingiu e os Ilotas se rebelaram, os espartanos não hesitaram em recorrer aos seus arquirrivais em Atenas para obterem ajuda nos seus esforços para travar a revolta. Segundo Tucídides, os mal-entendidos que se seguiram entre Esparta e Atenas foram uma das causas mais importantes das guerras do Peloponeso que duraram mais de 21 anos.

A lição desta história é muito importante. O que realmente preocupa o poder quando um desastre natural ocorre é a desordem social. As rotinas de dominação habitual são agora repentinamente opostas ao mundo acidental e ao mundo do contingente. Agora os dominados podem tornar-se seres independentes e tomar consciência de que as estruturas de dominação/subordinação são efêmeras e frágeis. Os dominantes perdem o seu lugar no topo da hierarquia em colapso. No reino do imprevisto, afirma-se a oportunidade de mudança para as classes oprimidas.

Por outras palavras, não são os perigos para a população que preocupam o poder, mesmo que os vulneráveis possam morrer ou perder as suas casas. O que realmente o preocupa no desastre

natural é o seu ingrediente subversivo. Os espartanos eram claros: a reconstrução da cidade acontecerá depois e uma vez que você retorne à ordem social que existia antes da catástrofe.

Quando a catástrofe perturba a hierarquia social existente, a nomenclatura da cultura de proteção civil pode ser utilizada. Com a varinha mágica do vocabulário, os abandonados de ontem podem ser transformados nas vítimas de hoje. O objetivo é restabelecer a ordem social através da atribuição de papéis a cada grupo: os pobres passarão a ser vulneráveis e afetados. O que é mais urgente não são as suas necessidades e feridas. O principal é devolvê-los à rotina de subordinação.

Desta forma, perde-se a possibilidade de utilizar o melhor recurso disponível para fazer face às catástrofes naturais: a própria população afetada. Isso é reconhecido nas melhores análises dos efeitos e prevenção de desastres. Há três razões pelas quais a população afectada por uma catástrofe natural é o recurso mais importante para prevenir e reduzir os danos de uma catástrofe natural. Em primeiro lugar, já está no lugar dos acontecimentos: pode acompanhar, prevenir e, acima de tudo, não precisa de esperar pela chegada da ajuda. Em segundo lugar, essa população conhece melhor do que ninguém o terreno em que os acontecimentos ocorreram, quer se trate de um terramoto ou de um furacão. Eles sabem em primeira mão quais são as formas alternativas de trazer ajuda e estão cientes dos locais onde a população pode refugiar-se para mitigar os danos. Em terceiro lugar, após o trauma imediato da catástrofe, a população afectada e os seus amigos e familiares permanecerão na zona afectada. Apesar da longa e dolorosa reconstrução, eles não se cansarão, não desenvolverão síndrome de fadiga e não recuarão.

Em suma, a população afetada tem um maior grau de empenho na recuperação do que qualquer autoridade que surja na sequência de uma catástrofe natural. Isso explica por que surgem tensões entre equipes de socorristas e voluntários locais, por um

lado, e autoridades de fora da comunidade, por outro.

Mas para que a população se torne efetivamente esse recurso e tenha a capacidade de enfrentar o desastre, ela precisa ser mobilizada permanentemente e ter instrumentos e ferramentas adequadas, equipamentos de comunicação e geração de energia, treinamento, exercícios, suas próprias rotinas de inspeção e protocolos para enfrentar a emergência. Tudo isso, é claro, requer um orçamento adequado nos níveis federal e estadual.

A população, organizada em nível de bloco ou bairro, também deve poder participar e supervisionar o processo de tomada de decisões sobre o uso do solo e as normas de construção. As autoridades federais e da Cidade do México estarão dispostas a aceitar este tipo de mobilização e participação da população? Acho que não. Então a pergunta seguinte é se a sociedade hoje tem a capacidade de se organizar para recuperar seu direito de decidir sobre seu próprio destino. Terá a lucidez de rejeitar o retorno à normalidade dos 43 estudantes desaparecidos de Ayotzinapa e o homicídio industrial dos trabalhadores da rua Chimalpopoca?

Original: [La Jornada](#)